

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 662.969 - RJ (2015/0033151-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : ALAN LUIS CAMPOS DA COSTA - RJ100166
AGRAVADO : JOÃO NEPOMUCENO DE MACEDO DE PORTUGAL E CASTRO
- ESPÓLIO
AGRAVADO : ANTÔNIO ELISEU DE MACEDO DE PORTUGAL E CASTRO -
ESPÓLIO
AGRAVADO : FRANCISCO DE PAULA DE MACEDO DE PORTUGAL E
CASTRO - ESPÓLIO
REPR. POR : ANTÔNIO DUFF DE PORTUGAL E CASTRO
ADVOGADO : LUIZ BERNARDO ROCHA GOMIDE - RJ018411

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA. ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 475-O, § 2º, II, e 798 DO CPC/73. MATÉRIA NÃO EXAMINADA PELO TRIBUNAL A *QUO*. AUSÊNCIA DO INDISPENSÁVEL PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 282 E 356 DO STF. AUSÊNCIA DE OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA PREQUESTIONAR O TEMA. ALEGAÇÃO GENÉRICA AOS DISPOSITIVOS LEGAIS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284 DO STF. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Os autos noticiam que os ESPÓLIOS de JOÃO NEPOMUCENO DE MACEDO DE PORTUGAL E CASTRO, de ANTÔNIO ELISEU DE MACEDO DE PORTUGAL E CASTRO e de FRANCISCO DE PAULA DE MACEDO DE PORTUGAL E CASTRO (ESPÓLIOS de JOÃO NEPOMUCENO e outros) interpuseram agravo de instrumento contra decisão proferida pelo Juízo da 11ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, nos autos de ação de consignação em pagamento, que indeferiu a execução provisória de sentença proposta contra o BANCO DO BRASIL (BANCO) e determinou o arquivamento dos autos.

O Desembargador relator deu provimento ao agravo de instrumento para determinar o prosseguimento da execução provisória (e-STJ, fls. 37/38).

O agravo interno interposto pelo BANCO não foi provido pelo

Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa

Agravo interno contra decisão que deu provimento ao agravo de instrumento. Recurso decidido monocraticamente em razão de sua manifesta procedência. Incidência do artigo 557, §1º-A do CPC. Manutenção da decisão monocrática agravada (e-STJ fl. 78).

Inconformado, o BANCO interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, alegando violação dos arts. 475-O, § 2º, II, e 798 do CPC/73, ao sustentar que o prosseguimento da execução provisória resultaria em risco de grave dano, de difícil ou incerta reparação.

Contrarrrazões do recurso especial (e-STJ fls. 100/116).

O apelo nobre não foi admitido na origem em virtude da incidência das Súmulas nºs 284 do STF e 7 do STJ.

Nas razões do agravo em recurso especial, o BANCO sustentou que não incidem os óbices sumulares pois demonstrou a ofensa a lei federal e não pretende o reexame de provas, mas a análise da matéria de direito invocada.

Contraminuta do agravo em recurso especial (e-STJ fls. 150/172).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade do recurso, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9.3.2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Da violação dos arts. 475-O, § 2º, II, e 798 do CPC/73

De início, registro que a matéria contida nos arts. 475-O, § 2º, II, e 798 do CPC/73 não foi objeto de análise pelo Tribunal *a quo*, nem tampouco foram opostos embargos de declaração a fim de suscitar o debate do tema nele contido, incidindo, no ponto, por analogia, as Súmulas nºs 282 e 356 do STF, pois não está presente o indispensável requisito do prequestionamento.

Assim, inexistente o prequestionamento, obstaculizada está a via de acesso ao apelo excepcional, no que tange a alegada ofensa aos referidos dispositivos legais.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO AUTOMOTIVO. NEGATIVA DE COBERTURA. 1. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RESTITUIÇÃO EM DOBRO DE PARCELA PAGA DO PRÊMIO. CONDENAÇÃO EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. 2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. 3. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A indicação de violação de dispositivos legais que nem sequer foram debatidos pelo Tribunal de origem obsta o conhecimento do recurso especial pela ausência de prequestionamento. Aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 727.129/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado aos 22/9/2015, DJe de 9/10/2015 - sem destaque no original).

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. PLANO DE SAÚDE. LIMITAÇÃO DO TEMPO DE INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 302/STJ. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. VALOR RAZOÁVEL. REVISÃO.

1. A ausência de prequestionamento dos dispositivos legais tidos por violados impede o conhecimento do recurso especial quanto ao ponto (enunciados 282 e 356 da Súmula do STF).

[...].

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp nº 741.927/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado aos 17/9/2015, DJe de 28/9/2015 - sem destaque no original)

De outra parte, o BANCO limitou-se a sustentar que houve a afronta aos arts. 475-O, § 2º, II, e 798 do CPC/73, não tendo detalhando, de forma clara e precisa, como e em que medida o acórdão recorrido os teria violado.

Ressalta-se que a simples menção ao regramento, feita de maneira esparsa e sem demonstração de ofensa aos dispositivos legais, bem como a mera alegação de afronta à legislação sem especificar de que modo teria concretamente ocorrido a

vulneração não suprem a exigência de fundamentação adequada do recurso especial, incidindo, por analogia, o óbice da Súmula 284/STF, que dispõe: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

A propósito, vejamos os precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 170, §1º, DA LEI Nº 6.404/76, 467 E 471 DO CPC DE 1973. SÚMULA 284 DO STF. SÚMULA 371 DO STJ. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. INVIABILIDADE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA DE TRIBUNAL SUPERIOR E FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. VALOR CORRETO DA COTAÇÃO DA AÇÃO. SÚMULA 7 DO STJ. RENDIMENTOS DOS DIVIDENDOS. SÚMULA 284 DO STF.

1. Em relação à alegada ofensa aos arts. 170, §1º, da Lei nº 6.404/76, 467 e 471 do CPC/73, não se vislumbra a aduzida violação por falta de articulação de argumentos jurídicos a embasar tal assertiva, caracterizando deficiência de fundamentação. Incidência da Súmula 284 do STF.

2. "Incabível a análise de recurso especial, por quaisquer das alíneas do permissivo constitucional, que tenha por fundamento violação de enunciado ou súmula de Tribunal Superior". (AgRg no AREsp 462.700/MG, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 22/05/2014, DJe 05/06/2014).

3. A matéria referente ao critério do balancete mensal para a apuração do valor patrimonial da ação não foi apreciada pelo Tribunal de origem, carecendo do indispensável prequestionamento.

4. O acolhimento da pretensão recursal acerca do correto valor da cotação da ação demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

5. No tocante ao tema dos rendimentos dos dividendos, a ausência de indicação de dispositivo de lei federal tido por violado caracteriza a deficiência de fundamentação a inviabilizar a abertura da instância especial. Aplicação da Súmula 284/STF.

(AgInt no AREsp 802.042/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 29/8/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO. ADOÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. DANOS MATERIAIS E MORAIS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. FUNDAMENTAÇÃO

DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF.

1. Esta Corte já se posicionou no sentido de não ser desprovido de fundamento o julgado que ratifica as razões de decidir adotadas na sentença, transcritas no corpo do acórdão.

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. Rever as conclusões do acórdão recorrido acerca da ocorrência dos danos materiais e morais demandaria o reexame de matéria fático- probatória, o que é vedado em recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando o recurso especial deixa de indicar de modo preciso como teria ocorrido a violação legal. Aplicação da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

(AgRg no AREsp 473.327/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 20/6/2016)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Por fim, advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 03 de abril de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator